

## Mudanças climáticas e a homologação de Terras Indígenas

*Homologação de 14 Terras Indígenas pode ser vista como primeira ação do novo governo federal no combate às mudanças climáticas*

20.04.2023

A homologação de 14 Terras Indígenas anunciada pela ministra dos Povos Indígenas Sonia Guajajara, se concretizada, além de ser um movimento em respeito à Constituição, que concede aos povos indígenas o direito às suas terras, pode ser também o primeiro no combate às mudanças climáticas.

A área ocupada pelas terras é de 873 mil hectares, sendo que, desses, 780 mil encontram-se no bioma Amazônia. A homologação é a penúltima etapa do processo de demarcação que reconhece e confere aos povos indígenas, de vez, o pleno direito ao uso exclusivo de suas terras e acesso às políticas públicas. Em até trinta dias depois da homologação, o registro em cartório conclui o processo.

Com a demarcação finalizada, um estoque de 130 milhões de toneladas de carbono florestal (ou 468 milhões de toneladas gás carbônico) nas 14 terras indígenas contará com um reforço fundamental e definitivo de proteção. O volume corresponde a quatro anos de emissões por processos industriais no Brasil, ou a dois anos de emissões por transportes no país. Equivale, também, a 20% da emissão nacional de gases superaquecedores da atmosfera, considerando como referência a emissão nacional registrada em 2021 (SEEG 2023).

A ciência já indicou que a demarcação de Terras Indígenas, aliada aos esforços na proteção dos territórios, leva a reduções rápidas das taxas de desmatamento e de destruição da vegetação nativa. Na Amazônia, por exemplo, estudos do IPAM e parceiros indicam que, embora Terras Indígenas cubram uma grande área, elas contribuem com menos de 5% do total do desmatamento anual do bioma (Soares-Filho et al., 2011; Walker et al., 2020; Fellows et al., 2021).

Além de barrarem o avanço do desmate, essas terras prestam um serviço fundamental na conservação das florestas, na proteção da biodiversidade e regulação do clima regional (Soares-Filho et al., 2010; Silvério et al., 2015, Walker et al., 2020). Em outras palavras, os modos de vida dos povos indígenas são determinantes para a saúde dos biomas brasileiros e para a manutenção de suas funções, por exemplo, de equilíbrio do clima e do regime de chuvas.

A homologação das Terras Indígenas, portanto, além de um direito a ser respeitado, precisa ser ampliada urgentemente, caso queiramos parar a destruição florestal e manter um clima regional e nacional funcionando. Parte da urgência pode ser justificada por estudos que usam modelos climáticos e sugerem que a fronteira agrícola do Brasil será muito mais quente e seca nas próximas décadas por causa do

desmatamento e de incêndios, em especial na Amazônia (Coe et al., 2013; Fellows et al., 2021).

Ainda, o avanço das demarcações poderá resultar na diminuição de uma onda de violência contra os povos indígenas. Violência que se relaciona à mineração ilegal de ouro, extração ilegal de madeira e grilagem de terras (Villén-Pérez et al., 2020; Fellows et al., 2021) e, sem sombra de dúvida, a um desprezo, nos últimos quatro anos, pela proteção de direitos e pelas políticas públicas voltadas aos povos indígenas (Ferrante e Fearnside, 2019).

Demarcar todas as Terras Indígenas é uma questão de direito Constitucional e uma ação concreta do Brasil frente a crise climática que já ameaça a todos os brasileiros.

## Referências

Coe, M. T. et al. Deforestation and climate feedbacks threaten the ecological integrity of south-southeastern Amazonia. *Philos. Trans. R. Soc. B Biol. Sci.* 368, (2013).

Fellows, M., Alencar, A., Bandeira, M., Castro, I., Guyot, C. Amazônia em Chamas - desmatamento e fogo em terras indígenas: nota técnica nº 6. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2021. Disponível em: <https://ipam.org.br/bibliotecas/amazonia-em--chamas-6-desmatamento-e-fogo-nas-terras-indigenas-da-amazonia/>

Ferrante, L. & Fearnside, P. Brazil's new president and 'ruralists' threaten Amazonia's environment, traditional peoples and the global climate. *Environ. Conserv.* (2019) doi:10.1017/S0376892919000213.

Soares-Filho, B. et al. Role of Brazilian Amazon protected areas in climate change mitigation. *Proc. Natl. Acad. Sci.* 107, 10821–10826 (2010).

Silvério, D. V. et al. Agricultural expansion dominates climate changes in southeastern Amazonia: The overlooked non-GHG forcing. *Environ. Res. Lett.* 10, 104015 (2015).

Villén-Pérez, S., Moutinho, P., Nóbrega, C. C., De Marco, P. & Allison, S. Brazilian Amazon gold: indigenous land rights under risk. *Elem Sci Anth* 8, (2020).

Walker, W. S. et al. The role of forest conversion, degradation, and disturbance in the carbon dynamics of Amazon indigenous territories and protected areas. *Proc. Natl. Acad. Sci. U. S. A.* 117, 3015–3025 (2020).